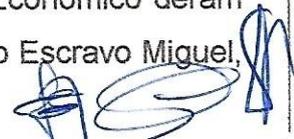


**ATA DA 286.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), terça-feira, às 09h30min, na sala de reuniões da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - ECOS, situada na Rua Torquato Bahia, nº 03, 2.º andar, Comércio, Salvador, Bahia, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal Gileno Neri Afonso, José Eduardo Oliveira de Andrade e Jussara Andrade de Assis, suplente de Cláudia Carvalho Calmon de Sá, justificadamente ausente, para, na forma do que preceitua o inciso I, do artigo 52 do Estatuto, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1) Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho; 2) Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Maio/2018; 3) Apresentação – Principais Riscos e Controles (COFIN); 4) O que ocorrer.** Presente à reunião o Suplente Fernando Guilherme Correia Santos, além da Diretora Presidente e de Seguridade, Jussara Carvalho Salustino e do Diretor Administrativo/Financeiro Tiago Novaes Villas-Bôas. Para secretariar a reunião, foi convidado o advogado Marcelo Braga de Andrade. Aberta a reunião pelo Presidente Gileno Neri Afonso, passou-se à deliberação da Ordem do Dia, com os seguintes resultados: **Item 1) Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho** – Depois de lida e reputada conforme, a ata da 285ª Reunião Ordinária deste Conselho, ocorrida em 29/05/2018 foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes àquela reunião. **Item 2) Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Maio/2018** – A Coordenadora Administrativa Cinara Ventura apresentou os relatórios contábeis referentes aos Balancetes do mês Maio/2018 dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e os resultados foram os seguintes: 1. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (valores em R\$mil) – Ativo Total do Plano BD: R\$ 895.854. Resultado do mês de Maio/2018: R\$ 8.667 (negativo). O Equilíbrio Técnico acumulado foi de R\$ 170.076; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo no valor de R\$ 693.453, com acréscimo de R\$ 1.013 (constituição). O Coordenador de Seguridade, Tobias Abreu, destacou os principais aspectos referentes às movimentações das reservas, destacando que ocorreu o encerramento 02 benefícios de pensão. Também foi concedido 01 benefício de pensão em decorrência do falecimento de 01 aposentado. No total, o quadro social no mês de Maio/2018, encerrou com 828 associados. Apresentou, também, quadros explicativos do cálculo interno de recorrência das Provisões Matemáticas do Plano BD, feito pela ECOS, explicando as variáveis e seus impactos no resultado do mês, para facilitar o entendimento do comportamento das provisões matemáticas. A variação do INPC foi de 0,43%, a meta atuarial foi de 0,8191% e o efeito da variação dos SRB's nos encargos

10  
A S S

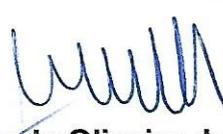
médios dos benefícios foi de -0,481% Em seguida, trouxe o Quadro contendo os falecimentos no ano, num total de 07 óbitos, com idade média de 78,3 anos, e apresentou Quadro demonstrando a posição da Carteira de Empréstimos a Participantes, com a posição de saldo devedor por faixa etária, além do Fundo de Risco para acompanhamento, destacando que não houve utilização do mesmo, pois o aposentado que faleceu não tinha empréstimo. 2 - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (valores em R\$): Ativo Total do Plano CD: R\$ 5.618.713; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo, em Maio/2018, no valor de R\$ 5.427.819, com decréscimo de R\$ 76.816 (reversão). O quadro social teve 01 Resgate de um participante desligado da patrocinadora, e encerrou o mês com 50 (cinquenta) participantes e 02 (dois) assistidos. 3 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA (valores em R\$): Total do Ativo em Maio/2018: R\$ 958.459; Receitas no valor de R\$ 508.660 e Despesas no valor de R\$ 509.429 e o Fundo Administrativo com saldo no valor de R\$ 177.847. Em seguida, o Coordenador Financeiro Sérgio de Jesus apresentou alguns dos principais indicadores financeiros e a evolução da rentabilidade do patrimônio do 1 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO comparada com a meta atuarial que apresentou resultado de 0,82% em Maio/2018, a TIR Bruta dos Investimentos foi de -0,16% nesse mesmo período. Seguiu registrando que felizmente, há muito tempo não discutíamos um resultado negativo como o de Maio/2018, e passou à comparação do comportamento do IPCA e IGPM nos últimos meses e a importância da diversificação, destacando os percentuais do patrimônio investidos de acordo com cada um dos índices de correção. Apresentou Quadro Comparativo dos investimentos e destacou os principais fatores que conduziram ao resultado no período, destacando a importância da diversificação dos investimentos, iniciando pela Renda Fixa especificamente os títulos pré-fixados. Informou que o Vinci FIRF IMOB CPLP experimentou variação negativa da cota por conta da abertura dos juros. Passou aos Investimentos Estruturados, e em seguida para a Renda Variável, grande responsável pelo resultado negativo do mês, não obstante o movimento de saída realizado recentemente. Registrou novamente a importância da diversificação, ao explicitar os resultados individuais de cada Fundo/Gestor em Renda Variável e Investimentos Estruturados. A respeito dos Imóveis, registrou o impacto negativo da inadimplência de Lojas Insinuante, que loca três imóveis nossos. O Conselheiro Eduardo Andrade informou que percebe nas atas do Comitê de Investimentos uma preocupação com os Imóveis, e registrou sua preocupação com a regularização formal dos nossos imóveis, diante da necessidade de desinvestimento em imóveis trazida pela Resolução CMN 4661, referindo-se ao Relatório elaborado pela COFIN apontando algumas ações a serem adotadas no particular. A Diretora Presidente e de Seguridade pontuou que é uma preocupação sensata, e informou que muito já foi feito no sentido de regularização e desinvestimento em Imóveis, com a venda de inúmeros imóveis fora da Bahia, cuja gestão era mais difícil por conta da distância. Registrou que muitos imóveis oriundos do Banco Econômico deram muito retorno à ECOS, a exemplo dos terrenos da Tancredo Neves e do Morro do Escravo Miguel.



além de vários outros que proporcionam boa renda de alugueis. Por fim, informou que esta pauta segue ativa e presente, inclusive antes mesmo da Resolução 4661. O Diretor Administrativo/Financeiro registrou que a preocupação do Conselheiro é pertinente, que muitas EFPC's realmente receberam imóveis de seus patrocinadores, e que de modo geral a Carteira de Imóveis é muito boa, contendo exceções pontuais. Registrou que o segmento de Imóveis não deveria ser a grande preocupação do Regulador, já que os escândalos de corrupção estão ligados a outros segmentos e a obrigatoriedade de se constituir fundo para gerir imóveis acaba por criar remuneração para terceiros. Ratificou a vedação à aquisição de imóveis incluída na Política de Investimentos há alguns anos, em consonância com a realidade do Plano, que é maduro e não recebe contribuições significativas, o que foi feito bem antes da Resolução 4661, e informou que está bem avançada a negociação de venda do Ed. Garagem, aproveitando-se o melhor momento do imóvel e agindo em consonância com a necessidade de desinvestimento no segmento. O Conselheiro Gileno Nery registrou que a preocupação do Conselho Fiscal é também com a regularização, já que este é um ponto relevante e que pode impedir a comercialização. O Coordenador Financeiro informou que o Relatório referido pelo Conselheiro Eduardo Andrade foi elaborado não só para conhecimento, e sim para acompanhamento e efetiva regularização, e passou a informar algumas medidas adotadas e que já apresentaram resultado. Em relação aos investimentos do 2 - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, apresentou igualmente as alocações por segmento e concluiu informando que, no mês de Maio/2018, a rentabilidade da Carteira Conservadora foi de 0,14% e a Carteira Arrojada apresentou rentabilidade de -10,11%. Após os devidos esclarecimentos, o Conselho Fiscal aprovou os balancetes dos Planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD) bem como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) referentes ao mês de Maio de 2018. **3) Apresentação – Principais Riscos e Controles (COFIN) –** O Coordenador Financeiro apresentou aos Conselheiros os processos de contas a pagar e receber de responsabilidade da Coordenadoria Financeira bem assim os principais riscos e controles inerentes a essas atividades. **4) O que ocorrer. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Braga de Andrade, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Salvador/BA, 26/06/2018.//



**Gileno Neri Afonso**  
Presidente



**José Eduardo Oliveira de Andrade**  
Conselheiro



**Jussara Andrade de Assis**  
Conselheira